



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE AUDITORIA

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE  
AUDITORIA INTERNA - RAINIT 2015

APROVADO PELA DELIBERAÇÃO CAE Nº 025/2016, DE 24/2/2016

## CORRESPONDÊNCIA ENTRE A INSTRUÇÃO NORMATIVA CGU Nº 24/2015 E OS ITENS DO RAIN T 2015

IN 24/2015		RAINT	
Art. 15	CONTEÚDO	ITEM	TÍTULO
Inc. I	Descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados de acordo com o PAINT	II	TRABALHOS DE AUDITORIA REALIZADOS DE ACORDO COM O PAINT 2015
Inc. II	Análise consolidada acerca do nível de maturação dos controles internos do órgão ou entidade, com base nos trabalhos realizados, identificando as áreas que apresentaram falhas relevantes e indicando as ações promovidas para regularização ou mitigação dos riscos delas decorrentes	VI	ANÁLISE DO NÍVEL DE MATURAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS
Inc. III	Descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados sem previsão no PAINT, indicando sua motivação e seus resultados	III	TRABALHOS DE AUDITORIA REALIZADOS NÃO PREVISTOS NO PAINT 2015
Inc. IV	Relação dos trabalhos de auditoria previstos no PAINT não realizados ou não concluídos, com as justificativas para a sua não execução e, quando aplicável, com a previsão de sua conclusão	IV	TRABALHOS DE AUDITORIA PREVISTOS MAS NÃO REALIZADOS OU NÃO CONCLUÍDOS EM 2015
Inc. V	Descrição dos fatos relevantes que impactaram positiva ou negativamente nos recursos e na organização da unidade de auditoria interna e na realização das auditorias	VII	FATOS RELEVANTES COM IMPACTO SOBRE A AUDITORIA INTERNA
Inc. VI	Descrição das ações de capacitação realizadas, com indicação do quantitativo de servidores capacitados, carga horária, temas e a relação com os trabalhos programados	VIII	AÇÕES DE CAPACITAÇÃO
Inc. VII	Quantidade de recomendações emitidas e implementadas no exercício, bem como as vincendas e as não implementadas na data de elaboração do RAIN T, com a inclusão, neste caso, dos prazos de implementação e as justificativas do gestor	V	RECOMENDAÇÕES EMITIDAS NO EXERCÍCIO
Inc. VIII	Descrição dos benefícios decorrentes da atuação da unidade de auditoria interna ao longo do exercício	IX	BENEFÍCIOS DECORRENTES DA AÇÃO DA AUDITORIA INTERNA



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE AUDITORIA  
RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA  
RAINT - 2015

---

## SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO.....	3
II. TRABALHOS DE AUDITORIA REALIZADOS DE ACORDO COM O PAINTE 2015.....	3
III. TRABALHOS DE AUDITORIA REALIZADOS NÃO PREVISTOS NO PAINTE 2015.....	14
IV. TRABALHOS DE AUDITORIA PREVISTOS MAS NÃO REALIZADOS OU NÃO CONCLUÍDOS EM 2015.....	17
V. RECOMENDAÇÕES EMITIDAS NO EXERCÍCIO.....	19
VI. ANÁLISE DO NÍVEL DE MATURAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS.....	19
VII. FATOS RELEVANTES COM IMPACTO SOBRE A AUDITORIA INTERNA.....	22
VIII. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO .....	23
IX. BENEFÍCIOS DECORRENTES DA AÇÃO DA AUDITORIA INTERNA.....	23



## RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA RAINT - 2015

### I. INTRODUÇÃO

Este Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN, que tem como principal finalidade relatar as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna da Eletrobras no exercício de 2015, foi elaborado em conformidade com o disposto na Instrução Normativa nº 24, de 17/11/2015, da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC.

### II. TRABALHOS DE AUDITORIA REALIZADOS DE ACORDO COM O PAINT 2015

#### II.1. Relatório 2/2015 – Gestão de Contratos – Manutenção Predial; Segurança e Vigilância

Escopo: Verificação dos procedimentos adotados na gestão do contrato de manutenção predial e do contrato de serviços de segurança e vigilância, e sua compatibilidade com a legislação vigente; dos controles adotados para aferição da qualidade dos serviços prestados; regularidade dos procedimentos internos relacionados ao pagamento de faturas; adequabilidade dos controles internos adotados; avaliação da aderência a critérios de sustentabilidade ambiental, onde aplicável; e avaliação da eficiência operacional, bem como a redução de custos, no que couber.

#### II.2. Relatório 3/2015 – Gestão de Contratos de Comunicação

Escopo: Verificação dos procedimentos adotados na gestão dos contratos afetos à comunicação e sua compatibilidade com a legislação vigente; da regularidade dos procedimentos internos relacionados ao pagamento de faturas; da eficiência operacional; dos registros contábeis; da redução de custos, onde couber; e verificação dos controles internos adotados.

### II.3. Relatório 4/2015 – Folha de Pagamento

Escopo: Verificação da consistência da folha de pagamento, da regularidade e adequação das retenções e recolhimentos trabalhistas; da adequabilidade administrativa, normativa e legal da contabilização da folha mensal de pagamento; dos critérios de sustentabilidade, onde aplicável; da redução dos custos da Folha; da eficiência operacional; do pagamento da PLR; e dos controles internos adotados.

### II.4. Relatório 5/2015 - Acompanhamento de Processos da Ouvidoria

Escopo: Análise, sob a ótica do controle interno, dos processos de denúncias conduzidos pela Ouvidoria da Eletrobras; verificação do cumprimento às determinações contidas no normativo interno, bem como na cartilha "Orientações para Implantação de Unidade de Ouvidoria", elaborada pela Controladoria-Geral da União – CGU, que constituem boas práticas da Ouvidoria-Geral da União – OGU; da operacionalização do Sistema de Ouvidoria - SOU; do acesso do usuário para registros de manifestações no site Ouvidoria; da ferramenta de controle para acompanhamento das manifestações recebidas; verificação de *feedback* ao manifestante, observando a razoabilidade do tempo de resposta; tratamento dispensado às denúncias recebidas; acompanhamento das manifestações tramitadas para outras áreas; e existência de Relatórios Gerenciais contendo as informações para o Conselho Fiscal.

### II.5. Relatório 7/2015 – Controles de Compliance à Lei Anticorrupção – Lei nº 12.846/2013

Escopo: Verificação da adequabilidade do controle interno dos procedimentos; da adequabilidade das melhores práticas relacionadas à gestão da estrutura de Compliance da Eletrobras Holding; e da adequabilidade dos sistemas preventivos anticorrupção.

### II.6. Relatório 8/2015 – Controle de Bens Patrimoniais Móveis - Inventário

Escopo: Análise dos controles efetuados sobre os bens patrimoniais móveis e

---

sua compatibilidade com os normativos vigentes; verificação da eficiência operacional; dos critérios de sustentabilidade ambiental, onde aplicável; da redução de custos; e dos controles internos adotados.

#### II.7. Relatório 9/2015 - Benefícios Assistenciais – Creche, Educação, Alimentação e Transporte

Escopo: Verificação da regularidade dos processos de reembolso de Auxílio Creche, Auxílio Alimentação e Auxílio Transporte; e verificação dos controles internos adotados.

#### II.8. Relatório 11/2015 - Almoxarifado

Escopo: Verificação e avaliação dos controles exercidos sobre o estoque de bens e materiais da empresa; exame do estoque físico; do armazenamento; dos procedimentos de movimentação de material; do recebimento; dos procedimentos de devolução e baixas; verificação dos controles internos adotados; e avaliação da aderência a critérios de sustentabilidade ambiental, onde aplicável.

#### II.9. Relatório 12/2015 – BUSA – Bens da União sob Administração da Eletrobras

Escopo: Avaliação da adequabilidade dos procedimentos adotados nos BUSA; análise dos custos, aprimoramento da qualidade do serviço; da eficiência operacional; dos critérios de sustentabilidade, onde couber; e verificação dos controles internos adotados.

#### II.10. Relatório 13/2015 - ELETROS – Gestão de Recursos

Escopo: Verificação da adequabilidade dos registros dos recursos aportados pela patrocinadora e pelos empregados; da política e da administração dos investimentos; dos controles internos adotados; das ações da Eletros em prol da eficiência operacional; das ações do Planejamento Estratégico; do orçamento de custeio; e dos procedimentos adotados pela área frente à legislação.

---

## II.11. Relatório 16/2015 - Convênios do PROCEL – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica

Escopo: Verificação dos procedimentos adotados na formalização e gestão dos convênios pertinentes ao PROCEL – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica e sua compatibilidade com a legislação vigente; verificação da regularidade dos procedimentos internos relacionados à liberação dos recursos; critérios de sustentabilidade, onde couber; eficiência operacional; redução de custos, onde aplicável; e verificação dos controles internos adotados.

## II.12. Relatório 17/2015 - Gestão dos Controles das Ações Judiciais, Despesas Legais e Judiciais

Escopo: Verificação da adequabilidade dos procedimentos relacionados à gestão dos controles das ações judiciais, dos recebimentos, dos pagamentos, dos depósitos judiciais, das despesas legais decorrentes de ações e dos honorários de sucumbência, bem como da classificação contábil em função do objetivo do depósito; do provisionamento de valores de possíveis perdas de ações; e controles internos adotados.

## II.13. Relatório 18/2015 - Gestão de Contratos – Conservação e Limpeza; Copa e Cozinha

Escopo: Verificação dos procedimentos adotados na gestão do contrato de serviços de conservação e limpeza e do contrato dos serviços de copa, cozinha; adequabilidade dos procedimentos adotados para aferição da qualidade dos serviços prestados; da regularidade dos procedimentos internos relacionados ao pagamento de faturas; dos controles internos adotados; e aderência a critérios de sustentabilidade ambiental.

## II.14. Relatório 19/2015 - ELETROS – Folha de Benefícios

Escopo: Análise da adequação dos processos de concessão, pagamento, pagamentos extrafolha, contabilização e elaboração da folha mensal de benefícios; verificação dos controles de inclusão, exclusão e alteração da folha; verificação dos controles internos adotados; adequação às normas vigentes.

---



## II.15. Relatório 20/2015 - Horas Extras e Sobreaviso

Escopo: Verificação da adequabilidade dos procedimentos pertinentes a concessão de horas extras e sobreaviso; da redução das despesas com horas extras, no que couber; e verificação dos controles internos adotados.

## II.16. Relatório 21/2015 - Auditoria de Gestão na Eletrobras Distribuição Rondônia – EDRO

Escopo: Avaliação dos controles financeiros e da gestão dos pagamentos a fornecedores; verificação da adequabilidade e da legalidade dos procedimentos licitatórios realizados e da gestão de contratos de serviços; análise da gestão do quadro de pessoal da empresa; avaliação dos procedimentos adotados para acompanhamento e controle do jurídico contencioso, verificação do cumprimento de determinações e recomendações dos Órgãos de Controle, e do Contrato de Metas e Desempenho Operacional com a Eletrobras, entre outros processos de negócios.

## II.17. Relatório 22/2015 - Convênios de Responsabilidade Social

Escopo: Verificação da formalização e gestão dos convênios e sua compatibilidade com a legislação vigente; da regularidade dos procedimentos internos relacionados à análise das prestações de contas e à liberação de recursos; avaliação da aderência a critérios de sustentabilidade ambiental, onde aplicável; ações relativas à eficiência operacional e à redução de custos; e controles internos adotados.

## II.18. Relatório 23/2015 - Viagens no País e ao Exterior

Escopo: as seguintes verificações: análise dos procedimentos pertinentes a viagens no país e no exterior, incluindo a concessão e prestação de contas, e sua conformidade com os normativos vigentes; adequabilidade dos registros contábeis; critérios de sustentabilidade, onde couber; eficiência operacional; redução de custos, onde aplicável, e adequabilidade dos controles internos adotados.

---



## II.19. Relatório 24/2015 - Contas a Receber

Escopo: Avaliação do processo de Contas a Receber no tocante à: adequação dos procedimentos adotados; segurança quanto à inclusão e a à exclusão de dados no sistema do contas a receber; adequabilidade dos registros contábeis; verificação da redução de custos, no que couber; critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber; eficiência operacional; e controles internos adotados.

## II.20. Relatório 25/2015 - Auditoria de Gestão na Celg Distribuição

Escopo: Avaliação dos controles financeiros e da gestão dos pagamentos a fornecedores; verificação da adequabilidade e da legalidade dos procedimentos licitatórios realizados e da gestão de contratos de serviços, análise da gestão do quadro de pessoal da empresa; avaliação dos procedimentos adotados para acompanhamento e controle do jurídico contencioso; do cumprimento de determinações e recomendações dos Órgãos de Controle, e do Contrato de Metas e Desempenho Operacional com a Eletrobras, entre outros processos de negócios.

## II.21. Relatório 26/2015 - Contratos de Patrocínios Culturais e Institucionais

Escopo: Verificação dos procedimentos adotados na contratação e na gestão de contratos de patrocínios culturais e institucionais e sua compatibilidade com a legislação vigente; da regularidade relacionada à liberação dos recursos; dos controles internos adotados; da aderência a critérios de sustentabilidade ambiental; e das ações relativas à eficiência operacional e à redução de custos.

## II.22. Relatório 27/2015 - Quadro de Pessoal

Escopo: Verificação da regularidade dos processos de recrutamento, seleção e demissão; verificação das eventuais alterações quantitativas e qualitativas; análise da consistência dos atos de cessão e requisição de pessoal; verificação dos controles internos adotados.

## II.23. Relatório 28/2015 - Contas a Pagar

Escopo: Análise de adequabilidade dos procedimentos adotados nos pagamentos aos fornecedores, verificando se os pagamentos são efetuados respeitando a cronologias dos fatos; ocorrências de pagamentos fora do prazo; descumprimentos de prazos que tenham acarretado juros e multas; adequabilidade dos cálculos de juros e multas; da segurança quanto à inclusão e à exclusão de dados no sistema de Contas a Pagar, bem como dos controles internos adotados; eficiência operacional; e critérios de sustentabilidade ambiental, onde couber.

## II.24. Relatório 29/2015 - Contratos de Patrocínios Esportivos e de Natureza não Social

Escopo: Verificação dos procedimentos adotados na contratação e na gestão de contratos de patrocínios de cunho esportivo e natureza não social e sua compatibilidade com a legislação vigente; da regularidade relacionada à liberação dos recursos; dos controles internos adotados; da aderência a critérios de sustentabilidade ambiental; e das ações relativas à eficiência operacional e à redução de custos.

## II.25. Relatório 30/2015 - Programa Luz Para Todos - PLPT

Escopo: Verificação da adequabilidade dos procedimentos adotados, pelas diversas áreas envolvidas, na concessão e renovação de financiamento, fiscalização física, fiscalização financeira, liberação de parcelas RGR e CDE, recolhimento de encargos de administração, tratamento de inadimplências, atendimento a fiscalizações externas e encerramento dos contratos; critérios de sustentabilidade ambiental, onde couber; da eficiência operacional e redução de custo, onde aplicável; e controles internos adotados.

## II.26. Relatório 31/2015 - Licitações de Bens, Serviços e Obras

Escopo: Análise dos processos de concorrências, tomadas de preço, convites e pregões; da compatibilidade entre os procedimentos adotados e a legislação vigente; dos controles internos adotados; da aderência a critérios de

---



sustentabilidade ambiental, onde aplicável; e das ações relativas à eficiência operacional e à redução de custos.

## II.27. Relatório 32/2015 - Auditoria de Gestão no Projeto Hidroelétrico Tumarín

Escopo: Verificação das ações da Centrais Hidroelectricas de Nicaragua – CHN no que tange ao atendimento das recomendações de Auditoria Interna constantes do Relatório de Auditoria n.º 6/2015, de 09.03.2015, bem como da análise da evolução dos custos do Projeto Tumarín, da gestão administrativo-financeira e da aplicação dos aportes de capital desembolsados e dos controles internos adotados, e se estão alinhados com o Plano Estratégico do Sistema Eletrobras 2010-2020.

## II.28. Relatório 33/2015 - Gestão de CDE – Conta de Desenvolvimento Energético

Escopo: Análise da gestão dos recursos oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, incluindo captação, administração e utilização; verificação dos controles internos adotados; dos critérios de sustentabilidade ambiental, onde aplicável; da eficiência operacional; e da redução de custos, no que couber.

## II.29. Relatório 35/2015 - Segurança da Informação e Gestão de Contratos de TI

Escopo: Análise dos procedimentos adotados na gestão dos contratos afetos à Tecnologia da Informação e sua compatibilidade com a legislação vigente; verificação dos procedimentos referentes à segurança da informação; verificação dos controles internos adotados; e avaliação da aderência a critérios de sustentabilidade ambiental, onde aplicável.

## II.30. Relatório 36/2015 - Controle da CCC – Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis

Escopo: Verificação do tratamento das quotas e sub-rogações, processos de recebimentos, de pagamentos, de reembolsos e dos registros contábeis; da operacionalização do controle de consumo específico de combustíveis das usinas termoeletricas integrantes do CCC-ISOL, conforme a Resolução Normativa nº 163/2005 da ANEEL; do andamento da eficiência do parque térmico, contemplando projetos de revitalização e projetos de aquisição de unidades novas; dos controles internos adotados; da eficiência operacional; e dos critérios de sustentabilidade ambiental, onde aplicável e redução de custos, no que couber.

## II.31. Relatório 37/2015 - Contratações por Dispensa e Inexigibilidade de Licitação

Escopo: Análise dos processos de contratações por dispensa e inexigibilidade de licitação e da sua compatibilidade com a legislação vigente; verificação dos controles internos adotados; avaliação da redução de custos, no que couber; e avaliação da aderência a critérios de sustentabilidade ambiental, onde aplicável.

## II.32. Relatório 38/2015 - Contratos de Metas e Desempenho Empresarial - CMDE

Escopo: Análise dos CMDE vigentes firmados com as Empresas de Eletrobras, das diretrizes de Governança Corporativa do Sistema Eletrobras e adequação para a construção das metas do CMDE/Negociação dos PNG entre Holding e empresas; verificação da adequação dos Indicadores do CMDE, contemplando a meta prevista, a meta repactuada, a meta regulatória e realizada, dos resultados dos indicadores dos CMDE para o conjunto das empresas do Sistema Eletrobras, submetidos ao Conselho de Administração da Eletrobras, bem como da regularidade e adequação dos relatórios contendo o seu acompanhamento; da análise das memórias de cálculo das metas atinentes aos indicadores econômico-financeiros e aos operacionais dos CMDE e das justificativas para o não atingimento, quando for o caso.



### II.33. Relatório 39/2015 - PPA – Plano Plurianual

Escopo: Verificação do cumprimento das metas do Plano Plurianual – PPA, em atendimento à IN CGU Nº1/2007, art 7º, inc. I; dos controle internos adotados; da redução de custos, onde couber; dos critérios de sustentabilidade ambiental, onde aplicável; e eficiência operacional.

### II.34. Relatório 42/2015 – Projeto Sox – Testes da Administração nos Controles Internos

Escopo: Primeiro ciclo de testes da administração nos controles internos na Eletrobras Holding e demais empresas envolvidas no processo para a Certificação SOX, realizados nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2015; análise da evolução das empresas do sistema Eletrobras no âmbito da Certificação SOX.

### II.35. Atendimento às Demandas de Órgãos de Controle à Eletrobras

Escopo: Atendimento das solicitações de informações do TCU, da CGU e do MME, bem como verificação da observância às suas determinações e recomendações. Recebimento de demandas de órgãos de controle, repassando-as às áreas responsáveis pelos processos pertinentes. Verificação da adequação e da qualidade das informações e envio ao requerente. Realização do acompanhamento das ações decorrentes de determinações e recomendações daqueles órgãos.

### II.36. Acompanhamento das Ações Decorrentes de Recomendações da Auditoria Interna

Escopo: Acompanhamento da implementação de ações corretivas vinculadas às não-conformidades apontadas nos Relatórios de Auditoria Interna. Verificação trimestral, com as áreas envolvidas, das ações empreendidas com vistas à correção das não-conformidades apontadas, até a efetiva implementação das soluções.

---

## II.37. Acompanhamento de Recomendações e Determinações do TCU e CGU às Empresas do Sistema Eletrobras

Escopo: Acompanhamento da implementação de ações vinculadas às determinações e recomendações do TCU e CGU. Verificação, com as empresas do Sistema Eletrobras, das ações empreendidas com vistas ao atendimento das determinações e recomendações do TCU e da CGU.

## II.38. Análise de Minutas de Normas

Escopo: Análise e comentários das minutas dos instrumentos normativos emitidos pela Eletrobras, sob aspectos de controle, antes da sua aprovação.

## II.39. Planejamento e Gestão da Auditoria

Escopo: Desenvolvimento das ações de planejamento e gestão da Auditoria. Execução dos trabalhos de administração, planejamento e gestão, tais como: elaboração do PAINTE e do RAINTE; acompanhamento do orçamento da área; elaboração de manuais e procedimentos internos; planejamento de treinamentos das equipes; análise de solicitações de viagens ao exterior; e ações referentes ao acompanhamento da execução do PAINTE, dentre outros.

## II.40. Ações Pertinentes à Prestação de Contas do Exercício Anterior

Escopo: Desenvolvimento das ações sob responsabilidade da Superintendência de Auditoria na elaboração do processo de prestação de contas referente ao exercício de 2014. Análise dos normativos; interação com o grupo de trabalho designado para produção de documentos referentes às demais áreas da empresa; elaboração de documentos informativos e parecer; interação com CGU e TCU para fins de entrega do Relatório de Gestão e do processo de prestação de contas.

OBSERVAÇÃO: Os Relatórios Nº 1/2015 e Nº 15/2015 não foram incluídos por tratarem de trabalhos previstos no PAINTE 2014.
--

### III. TRABALHOS DE AUDITORIA REALIZADOS NÃO PREVISTOS NO PAINT 2015

#### III.1. Relatório 6/2015 – SPE Tumarín – Auditoria de Gestão

Realizado por solicitação do Sr. Presidente da Eletrobras, com o objetivo de avaliar a gestão administrativo-financeira do Projeto Hidroelétrico Tumarín pela Centrais Hidroelétricas de Nicarágua S.A., no que tange aos recursos aportados pela Eletrobras, enquanto acionista de Sociedade de Propósito Específico.

Teve como escopo a análise da aplicação dos aportes de capital desembolsados, da gestão administrativa dos contratos e dos instrumentos e mecanismos de planejamento, gestão e controle internos adotados, e se estão alinhados com o Plano Estratégico do Sistema Eletrobras 2010-2020, garantindo o alcance dos objetivos e os resultados almejados com os empreendimentos de geração sob a forma de Sociedades de Propósito Específico – SPE.

*[Texto excluído, com fundamento no art. 19 da Instrução Normativa 24/2015, que prevê a proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011.]*

#### III.2. Relatório 10/2015 – Avaliação de Controles Internos em Empreendimentos da Eletrobras

Solicitado pelo Sr. Presidente da Eletrobras, teve por objetivo relatar os trabalhos e os resultados finais da realização do Walkthrough nos empreendimentos de Angra 3, Belo Monte, Jirau, Teles Pires e Santo Antônio.

Seu escopo consistiu de testes para a análise de controles internos, com base em amostra aleatória ou não aleatória, de forma a identificar possíveis falhas ou melhorias no desenho e operação do controle do empreendimento de Angra 3 e das SPEs Belo Monte, Jirau, Santo Antônio e Teles Pires.

Para a avaliação dos controles internos, percorreram-se os seguintes processos da cadeia de valor das SPEs: Gestão de portfólio de projetos empresariais; Formulação estratégica da modalidade societária do negócio; Avaliação integrada do negócio; Atividades relacionadas à realização do leilão; Gestão do desempenho de SPEs na fase pré-operacional; e Gestão do desempenho de

---

SPEs na fase operacional.

*[Texto excluído, com fundamento no art. 19 da Instrução Normativa 24/2015, que prevê a proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011.]*

### III.3. Relatório 14/2015 – Levantamento da Situação do Projeto Inambari e das Atribuições e Despesas da Sucursal Andina da Eletrobras em Lima - Peru

Conforme solicitado pelo Sr. Presidente da Eletrobrás, o trabalho teve por objetivo avaliar a situação do Projeto Inambari, diante da participação da Eletrobras como acionista de Sociedade de Propósito Específico instituída para tal, bem como evidenciar as atribuições e despesas correntes da Sucursal Andina da Eletrobras em Lima, subordinada à Superintendência de Operações no Exterior – PE.

Seu escopo consistiu na verificação da atuação da Sucursal Andina da Eletrobras em Lima no que tange ao cumprimento de suas atribuições descritas no Manual de Organização, ao alinhamento com o Plano Estratégico do Sistema Eletrobras 2015-2030 e com o Plano Diretor de Negócios e Gestão 2014-2018, o levantamento das despesas correntes do escritório, a gestão administrativa dos contratos e dos instrumentos e mecanismos de planejamento, gestão e controle internos adotados. Analisou o status quo do Projeto Inambari, em face dos aportes de capital desembolsados pela Eletrobrás (49%) em favor da SPE IGESA, empresa controlada pela OAS, Eletrobras Holding e Eletrobras Furnas, com a subsidiária peruana EGASUR.

*[Texto excluído, com fundamento no art. 19 da Instrução Normativa 24/2015, que prevê a proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011.]*



### III.4. Relatório 34/2015 – Levantamento das Atribuições e Despesas da Sucursal América Central e Caribe da Eletrobras na Cidade do Panamá

Esse trabalho de auditoria, que foi solicitado pelo Sr. Presidente da Eletrobras, teve por objetivo avaliar e evidenciar as atribuições e despesas correntes da Sucursal América Central e Caribe da Eletrobras na Cidade do Panamá - PEN.

Seu escopo consistiu na verificação da atuação da Sucursal América Central e Caribe da Eletrobras na Cidade do Panamá – PEN no que tange ao cumprimento de suas atribuições descritas no Manual de Organização, e ao alinhamento com o Plano Estratégico do Sistema Eletrobras 2015-2030 e com o Plano Diretor de Negócios e Gestão 2014-2018; no levantamento das despesas correntes do escritório de representação; na gestão administrativa dos contratos e dos instrumentos e mecanismos de planejamento; e na gestão e controle internos adotados.

*[Texto excluído, com fundamento no art. 19 da Instrução Normativa 24/2015, que prevê a proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011.]*

### III.5. Relatório 40/2015 – Gestão do Contrato N°. ECE-DAC-1075/2015

O trabalho de auditoria foi realizado em atendimento à solicitação do Senhor Presidente do Conselho de Administração da Eletrobras com o objetivo de avaliar o Contrato de Prestação de Serviço nº ECE-DAC-1075/2015, celebrado entre a Eletrobras e a Hogan Lovells Consultores em Direito Estrangeiro/Direito Norte-Americano.

Teve como escopo as seguintes verificações: procedimentos adotados na gestão do contrato e sua compatibilidade com a norma e legislação vigente; e regularidade dos procedimentos internos adotados relacionados ao pagamento de faturas.

### III.6. Relatório 41/2015 – Processos Licitatórios na Área de Tecnologia da Informação da Eletrobras Amazonas Energia

O trabalho de auditoria teve por objetivo analisar os procedimentos licitatórios na área de tecnologia da informação, ou mesmo coordenados pela Eletrobras Amazonas Energia para fins de contratação para todo o Sistema Eletrobras, objeto de denúncia de supostas irregularidades relacionadas a superfaturamento e beneficiamento a empresas privadas, conforme demanda da Diretoria Executiva da Eletrobras – DEE.

Seu escopo consistiu na análise dos processos de contratação, sob a ótica dos controles internos adotados, seja por meio de modalidade de licitação, dispensa ou inexigibilidade de licitação, e na verificação da compatibilidade entre os procedimentos adotados e a legislação vigente

*[Texto excluído, com fundamento no art. 19 da Instrução Normativa 24/2015, que prevê a proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011.]*

## IV. TRABALHOS DE AUDITORIA PREVISTOS MAS NÃO REALIZADOS OU NÃO CONCLUÍDOS EM 2015

Em 2015 houve 25,5 dias úteis de paralisação e greve de empregados da Eletrobras, o que corresponde a 3.251 homens-hora de técnicos da auditoria. Em função dessa redução de recursos e, ainda, da saída de 3 auditores, foi necessária uma concentração de esforços para a execução plena do PAINTE, entretanto deixaram de ser realizados 2 itens:

- “Auditoria em Empresa o Sistema Eletrobras” (Item II.12 do PAINTE 2015), que tinha como objetivo analisar as principais atividades da empresa, visando certificar se os procedimentos adotados estão em conformidade com os normativos internos e com a legislação vigente, com previsão de aplicação de 300 homens-hora.
  - “Escritório de Brasília” (Item II.29 do PAINTE 2015), cujo escopo era a avaliação dos procedimentos relacionados à gestão do Escritório de Brasília, verificação dos controles internos adotados e avaliação da aderência a critérios de sustentabilidade ambiental, onde aplicável, com previsão de 300 homens-hora.
-



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE AUDITORIA  
RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA  
RAINT - 2015

---

Com relação a trabalhos não concluídos, o correspondente a “Proinfa – Gestão dos Contratos” (Item II.40 do PAINTE 2015) estava em execução em 31/12/2015, com previsão de término em janeiro de 2016.

## V. RECOMENDAÇÕES EMITIDAS NO EXERCÍCIO

No exercício de 2015 foram emitidas 260 recomendações, referentes ao respectivo PAINT. De acordo com o último acompanhamento de ações decorrentes de recomendações de auditoria interna, data base 31/12/2015, tem-se:

STATUS DE ATENDIMENTO	Nº	%
Implementadas	109	42%
Em andamento	90	35%
Não iniciadas	25	9%
A verificar no próximo ciclo (*)	36	14%

(\*) Correspondem a recomendações de Relatórios emitidos a partir de 16 dezembro de 2015 e que não entraram no último ciclo de acompanhamento.

As informações sobre a implementação de ações decorrentes das recomendações da Superintendência de Auditoria, detalhadas por Relatório, constam do Anexo deste RAIN.T.

## VI. ANÁLISE DO NÍVEL DE MATURAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

A Diretoria Executiva da Eletrobras, pela RES-550/2009, de 25/6/2009, criou o Departamento de Gestão de Riscos e Conformidade de Controles - PGA, subordinado hierarquicamente à Superintendência da Coordenação Geral da Presidência.

Atualmente, em consonância com a RES-649/2015, de 1/12/2015, a denominação da área foi alterada para "Departamento de Gestão de Riscos e Controles Internos - PAG", estando subordinada à Superintendência de Conformidade e Gestão de Riscos - PA. Tem por finalidade promover o fortalecimento da visão integrada dos riscos corporativos e sua inserção na execução e no cumprimento das diretrizes relativas ao processo decisório da companhia, provendo informações para a Alta Administração sobre sua exposição a riscos, e garantir o ambiente de controles internos em conformidade aos aspectos regulatórios internos e externos, coordenando e consolidando as ações necessárias nas empresas Eletrobras.



---

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE AUDITORIA  
RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA  
RAINT - 2015

---

O citado Departamento tem duas Divisões: a Divisão de Gestão do Ambiente de Controles Internos, com a finalidade de efetivar a manutenção e o aprimoramento do ambiente de controles internos da Eletrobras, coordenando e consolidando as ações necessárias nas empresas Eletrobras; e a Divisão de Divisão de Gestão de Riscos Corporativos, a que cabe desenvolver ações para o gerenciamento integrado de riscos da Eletrobras, coordenando e consolidando as ações necessárias nas empresas Eletrobras.

Acresce que pela Resolução Nº 554/2011, de 22/6/2011, a Diretoria Executiva da Eletrobras atribuiu à Superintendência de Auditoria - CA a responsabilidade de coordenar os trabalhos de realização dos testes da administração dos controles internos na Eletrobras e demais empresas envolvidas no processo para a Certificação SOX, que são: Eletrobras Holding, EDE Amazonas Energia, Eletrobras Chesf, Eletrobras Eletronorte, Eletrobras Eletronuclear, Eletrobras Eletrosul e Eletrobras Furnas, bem como, EDE Alagoas, CELG-D, EDE Rondônia e EDE Piauí, essas em caráter preventivo, devido à grande possibilidade de inclusão no escopo das próximas certificações.

Em 12/1/2016 foi emitido o Relatório de Auditoria Nº 42/2015, que apresenta os resultados obtidos na realização do primeiro ciclo dos testes da administração nos controles internos relativos ao período de 2015, encerrados em dezembro/2015.

*[Texto excluído, com fundamento no art. 19 da Instrução Normativa 24/2015, que prevê a proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011.]*

No que concerne aos normativos internos da Eletrobras, em 31/12/2015 havia 82 normas em vigor na Eletrobras. Constatou-se que no exercício de 2015 foi atualizada a Política de Segurança em Tecnologia da Informação e Telecomunicações e foram elaboradas ou atualizadas as seguintes normas: Ouvidoria, Critérios Para Credenciamento de Instituições Financeiras Para Operações Com Derivativos, Critérios para Fixação dos Limites de Crédito e Cálculos da Exposição de Contraparte para Operações de Derivativos, Auxílio Alimentação, Uso da Intranet, Internet, Colaboração Eletrônica, Escritórios Virtuais, Redes Sociais e Eletrobras na Nuvem, Uso dos Recursos de Tecnologia da Informação e Telecomunicação, Controle de Acesso em Tecnologia da Informação e Comunicação, Critérios de Seleção de Projetos de Tecnologia da Informação Para Aplicação da Análise de Custos e Benefícios, Organização e Mudanças em Ambientes de Tecnologia da Informação e Telecomunicação, Gestão de Riscos de Tecnologia da Informação e Telecomunicação

---



No final do exercício estavam em fase de elaboração ou revisão as normas: Patrocínios, Representação da Eletrobras em Órgão de Governança de Sociedade e Participação, Apuração de irregularidades, Viagem ao Exterior, Seguros Patrimoniais, Administração e Movimentação de Bens Patrimoniais, Acesso, Trânsito e Permanência nas Dependências da Empresa, Distribuição e Administração de Equipamentos Portáteis de Dados, Voz e Imagem, Veículos, Utilização dos Serviços de Copa, Cozinha e Restaurante, Gestão do Estoque do Almoxarifado Central, Expatriação, Marca da Eletrobras, Gestão do Acervo Bibliográfico, Organização de Sistemas de Gestão, Gestão do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA, Despesas de Pronto Pagamento, Contas Bancárias, Gerenciamento do Fundo de Descomissionamento das Usinas de Angra I e Angra II – FDES, Gestão do Contas a Pagar, Orçamentos do Programa de Dispêndios Globais PDG e de Investimentos – OI, Guarda de Valores, Controle de Apuração de Frequência e Horas Extraordinárias, Cessão e Requisição Pessoal, Ajuda de Custo a Pessoal em Processo de Transferência, Reembolso de Despesas com Assistência Escolar, Eleição de Representantes dos Empregados Para a CIPA, Adicional por Tempo de Serviço, Décimo Terceiro Salário, Regime de Sobreaviso de Trabalho, Desligamento de Pessoal, Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional durante as Inspeções Físicas de Obras, empreendimentos e Serviços de Projetos, Controle de Acesso e Segregação de Função no SAP-ERP, Uso e administração de estações de trabalho, Uso dos Dispositivos Móveis Corporativos, Celebração de Convênios, Gestão de Convênios.

Com relação aos trabalhos de Auditoria Interna, quando da sua execução os controles internos são também sistematicamente avaliados e refletem-se nas conclusões dos respectivos relatórios. Foram emitidas recomendações para sanar as não conformidades observadas no exercício de 2015, as quais vêm sendo observadas pelas áreas auditadas, conforme verificado nas ações de acompanhamento de implementação de ações corretivas trimestralmente efetuadas.

Dos trabalhos de auditoria realizados em 2015, relacionados no presente Relatório, consideram-se como mais relevantes os seguintes: Auditorias de Gestão Administrativo-Financeira no Projeto Hidroelétrico Tumarín - Relatório de Auditoria N.º 6/2015 e Relatório de Auditoria N.º 32/2015; Contratos de Metas e Desempenho Empresarial (CMDE) - Relatório de Auditoria N.º 38/2015; BUSA – Bens da União Sob Administração da Eletrobras - Relatório de Auditoria N.º 12/2015; Horas Extras e Adicionais de Sobreaviso - Relatório de Auditoria N.º 20/2015; e Segurança da Informação e Gestão de Contratos de TI - Relatório

---



de Auditoria Nº 35/2015.

*[Texto excluído, com fundamento no art. 19 da Instrução Normativa 24/2015, que prevê a proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011.]*

## VII. FATOS RELEVANTES COM IMPACTO SOBRE A AUDITORIA INTERNA

No exercício de 2015 ocorreram alterações no quadro da Auditoria, com a saída de empregados, como indicado a seguir:

EMPREGADO	FUNÇÃO	DATA SAÍDA
Rodrigo da Silva Almeida	Auditor	1/5/2015
Antonio Alves Ferreira Junior	Auditor	1/7/2015
Francisco Roberto Amorim Ribeiro	Auditor	9/11/2015

A Superintendência de Auditoria contava, em dezembro de 2015, com 15 empregados atuando nos trabalhos estabelecidos no seu Plano Anual de Auditoria Interna: 12 no Departamento de Auditoria Interna - CAI e 3 no Departamento de Gestão e Atendimento aos Órgãos de Controle - CAO.

Contava, ainda, com 5 Gerentes - 3 de Divisão e 2 de Departamento -, além do Superintendente de Auditoria.

Não foram registrados outros fatos de natureza administrativa ou organizacional que tenham gerado impacto sobre a auditoria.



## VIII. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

No exercício de 2015 foram despendidos 592 HH em ações de capacitação, relativas a temas de interesse da auditoria para aperfeiçoamento dos conhecimentos necessários aos trabalhos sob sua responsabilidade.

EVENTO /CURSO / SEMINÁRIO / FÓRUM / CONGRESSO	Nº PESSOAS	HH
Formação de Auditores – Nível Intermediário	3	120
Auditoria Interna no Brasil – Função Estratégica para a Geração de Valor na Organizações	1	8
XIV Fórum Internacional de Administração	2	48
Perdas e Inadimplência na Distribuição	3	48
6º Audite – Seminário Nacional de Auditoria Interna das Empresas do Setor Energético	8	128
Workshop COSO	6	96
Aspectos Básicos do Setor Elétrico Brasileiro e os Negócios da Eletrobras	3	36
II Seminário Eletrobras e Setor Elétrico	2	16
36º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão	1	24
1º Forum Executivo de Auditoria Interna	1	4
Seminário de Capacitação SOX 2015	8	64
Avanços e impactos advindos da nova Instrução Normativa IN 24/2015	1	8

## IX. BENEFÍCIOS DECORRENTES DA AÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

A crescente necessidade de otimização de resultados da Eletrobras impulsiona a organização a buscar cada vez mais a eficiência em suas operações e um nível satisfatório de retorno aos seus investimentos, por meio da identificação de oportunidades e estratégias para minimizar riscos aos seus negócios.

A Auditoria Interna da Eletrobras, como elemento-chave no processo de contínua avaliação das suas atividades e processos, está adequadamente sincronizada nesse cenário.

Assim, utilizando-se de métodos e técnicas formais de amostragem e de coleta de dados, com a capacitação dos auditores internos e criterioso acompanhamento das ações entre auditor e auditado, leva sempre em consideração os riscos corporativos reconhecidos formalmente pela alta





CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE AUDITORIA  
RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA  
RAINT - 2015

---

administração, atendendo aos fatores de governança corporativa usualmente aceitos no mercado.

Nesse contexto, como resultado da execução de todas as suas atividades previstas em seu planejamento anual ou extraordinário, a Auditoria Interna traz como resultado mais imediato: a garantia de uma maior eficiência dos processos internos da companhia; a mitigação das ocorrências de fraudes financeiras, considerando sua participação na execução dos testes da administração para fins de certificação SOX; o atendimento eficaz às demandas dos órgãos de controle; e a aderência das operações empresariais às normas internas e regulamentações do mercado.

Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 2016

Edgard T. Schimmelpfeng  
Superintendente de Auditoria

Anexo: "Acompanhamento de ações decorrentes de recomendações da auditoria interna - Relatórios de auditoria emitidos em 2015"

*[Anexo excluído, com fundamento no art. 19 da Instrução Normativa 24/2015, que prevê a proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011.]*